

Dominância fiscal ou dominância reputacional?



» BENITO SALOMÃO
Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU)

Em dezembro, os preços financeiros passaram por uma intensa volatilidade. Naquele período, leu-se na imprensa que esse comportamento estava relacionado com a dinâmica da política fiscal, após o fatídico anúncio da isenção do Imposto de Renda para contribuintes cuja renda é inferior a R\$ 5.000. Aquele contexto, já revertido nas primeiras semanas de 2025, estimulou o debate sobre uma eventual dominância fiscal no país. Tem sido muito comum, na última década, diagnosticar dominância fiscal como a causa de todas as turbulências. Isso leva, fatalmente, à banalização do conceito.

O conceito de dominância fiscal é de Sargent e Wallace (1981). Antes dessa contribuição, prevalecia no debate econômico a ideia de Friedman (1970, pág. 24) de que a "inflação é sempre e em todo lugar um fenômeno monetário". Essa hipótese esteve calcada na tradicional visão monetarista, observada nos clássicos modelos de Curva de Phillips, cujos resultados de política supunham que a política monetária seria eficiente e suficiente para desinflacionar uma economia. Foram Sargent e Wallace que, pela primeira vez, demonstraram, a partir da formulação do conceito de dominância fiscal, que a inflação pode ter causas fiscais.

A tese dos autores é a de que a economia pode se organizar em dois regimes de coördenação entre as políticas fiscal e monetária. Se a política fiscal é intertemporalmente equilibrada, tal como nos modelos de Equivalência Ricardiana de Barro (1974), há dominância monetária, o que significa dizer que a inflação responde aos estímulos ou desestímulos da política monetária tal qual o observado no modelo monetarista. Por outro lado, se há subordinação da política monetária à fiscal, de forma que os déficits contraídos obriguem a autoridade monetária a financiá-los por via das receitas de senhoriagem (emissão monetária), há dominância fiscal e o BC perde o controle sobre a inflação.

Neste sentido, para que haja dominância fiscal, é condição sine qua non se verificar simultaneamente: 1) déficits; 2) receitas de senhoriagem e; 3) inflação. A economia brasileira vem operando em déficits sistemáticos desde 2014, ano da crise das pedaladas fiscais. No entanto, esses déficits não têm sido financiados via senhoriagem, mas sim pela emissão da dívida pública que cresceu fortemente entre 2014 e 2022. Porém, uma dívida pública elevada não configura dominância fiscal no sentido clássico. Muitos economistas têm confundido o conceito clássico de dominância fiscal com as abordagens mais contemporâneas da Teoria Fiscal do Nível de Preços (TFNP) de Cochrane (2021). Existem pontos de semelhança entre as duas abordagens, mas não pode se dizer que são a mesma coisa.

Na TFNP, a inflação é causada quando as expectativas dos resultados primários são insuficientes para estabilizar o endividamento público, indicando que no futuro a dívida seria

monetizada (paga via emissão monetária) resultando em uma expansão da inflação já no presente. Encontrar o ponto de monetização dessa dívida, no entanto, não é tarefa simples.

Ademais, mesmo a TFNP, que incorpora a dívida pública como uma variável importante na determinação da inflação, não parece ser o caso no Brasil. Nos últimos dias, o IBGE divulgou a inflação relativa a janeiro, os 0,16% de elevação dos preços foi a menor taxa para este mês desde o plano Real. É bem verdade, que este dado contrasta com uma inflação acumulada acima da meta, porém não se trata de uma inflação crônica, nem explosiva, tão pouco tem cara de ter causas fiscais. É preciso lembrar que o déficit do governo central de 0,09% em 2024, foi o menor dos últimos 10 anos e é possível que haja um pequeno superávit em 2025.

Essa inflação, que vem performando acima da meta desde a saída da pandemia, teve seu impulso inicial atrelado à gargalos em cadeia de suprimentos (um choque de oferta clássico). De lá para cá, consecutivos choques como a eclosão da guerra na Europa em 2022 e os choques climáticos que vêm afetando preços de commodities em vários locais do mundo têm contribuído, cada um ao seu tempo, para tornar essa inflação resiliente.

Some-se a isto os consecutivos alongamentos do horizonte de convergência para a meta produzidos pelo BCB durante este período, o que certamente tem contribuído para a banalização da meta. Em suma, não há dominância fiscal no Brasil, há sim uma dominância reputacional de uma política monetária que tem sido ineficaz em cumprir seu principal mandato, o de produzir a convergência da inflação para a sua meta.



A formação médica no Brasil está em risco?



» MARCELO MORAES
Médico e biofísico, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro das Academias Brasileira de Ciências e Nacional de Medicina e da Nacional de Farmácia

O Brasil tornou-se o vice-campeão mundial em número de escolas médicas, com cerca de 390 instituições em funcionamento, atrás apenas da Índia, que tem mais de 600, segundo a Radiografia das Escolas Médicas 2024, publicada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Desde 2000, quando o país contava com apenas 80 escolas, houve um aumento acelerado e desordenado, sem o suporte necessário para garantir ensino de qualidade. Se essa expansão continuar no mesmo ritmo, o Brasil pode ultrapassar a Índia em número absoluto de escolas médicas nos próximos levantamentos. Em termos proporcionais, considerando a população seis vezes maior da Índia, estamos à frente.

Esse crescimento descontrolado levanta uma questão fundamental: a expansão de escolas tem ocorrido sem critérios claros, mesmo com a existência de regras regulatórias, resultando na formação de mais médicos, mas sem infraestrutura adequada para garantir um ensino de qualidade. Segundo o CFM, 78% das cidades que sediam faculdades de medicina não possuem a estrutura mínima exigida, como hospitais de ensino,

leitos do SUS e equipes da Estratégia Saúde da Família. Sem essas condições, a formação prática torna-se inviável, comprometendo a qualidade profissional e, consequentemente, a segurança dos pacientes.

Enquanto instituições sem condições mínimas seguem sendo autorizadas, universidades de excelência, como a PUC-Rio, enfrentam dificuldades para abrir seus cursos. Esse descompasso revela um sistema regulatório falho, que prioriza quantidade em detrimento da qualidade. Como consequência, profissionais mal preparados chegam ao mercado, agravando os desafios da saúde pública e colocando em risco a credibilidade da medicina brasileira.

O problema se estende à residência médica, etapa essencial para a especialização. O aumento expressivo de vagas na graduação não foi acompanhado pela criação proporcional de novas vagas na residência, criando um gargalo preocupante. Muitos recém-formados, especialmente aqueles que financiaram os estudos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e pagar suas dívidas. Além disso, a bolsa de residência é insuficiente para garantir a subsistência em grandes cidades, desestimulando a adesão a programas de especialização e ampliando desigualdades na distribuição de médicos pelo país.

Para enfrentar esse cenário, o Projeto de Lei nº 2294/2024, em tramitação no Senado, propõe a criação de um exame nacional de proficiência em medicina. A iniciativa, apoiada pela Academia Nacional de Medicina, Associação

Médica Brasileira e pelo próprio CFM, busca garantir que médicos recém-formados possuam as competências essenciais para exercer a profissão com segurança e ética. Modelos semelhantes são adotados em países como Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, onde exames rigorosos asseguram que todos os médicos, independentemente da instituição de ensino, atendam aos mesmos padrões de qualidade antes de atuar.

No Brasil, o exame será um mecanismo essencial para qualificar a formação médica, mas não resolverá sozinho os desafios estruturais do ensino. A abertura de novas escolas deve obedecer a critérios rigorosos, permitindo apenas aquelas com infraestrutura adequada, enquanto as existentes precisam ser reavaliadas e obrigadas a cumprir os padrões exigidos. Atualmente, muitas instituições funcionam sem a estrutura básica necessária, comprometendo a formação dos estudantes e a segurança dos pacientes. É urgente corrigir essas falhas e garantir que todas as faculdades atendam aos requisitos essenciais para uma educação médica de qualidade.

O futuro da medicina brasileira não pode se resumir a números. É preciso um compromisso real com a excelência na formação, garantindo que médicos estejam preparados para atender a população com competência e segurança. Se nada for feito, a qualidade da medicina no Brasil continuará a se deteriorar. O momento exige planejamento, regulamentação eficaz e ações concretas para evitar que a crise na formação médica comprometa ainda mais a saúde pública.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circacunha.df@dabr.com.br

Pergunte às donas de casa

Num mundo ideal, lugar distante muitas léguas de qualquer país de regime fechado, a gerência da economia, no que tange os produtos alimentícios, seria realizada diretamente por donas e donos de casa. Ainda não foram inventados melhores analistas de variação de preços desses produtos do que aquele representado pelos chefes de família, sobretudo os que se submetem voluntariamente a uma jornada diária e infinda em busca de melhores preços. Afinal, essa é uma tarefa vital para todos que buscam sobreviver dentro dessa selva hostil em que se transformou o mercado.

Obviamente, não por culpa dele próprio, como querem fazer parecer os técnicos do governo. Na verdade, o mercado, como região onde se cruzam oferta e procura, tem vida própria, só respondendo aos estímulos externos. No nosso caso, esses estímulos partem diretamente dos gabinetes instalados na Esplanada dos Ministérios que, por sua vez, são orientados por uma espécie de premonição paranormal, vinda do terceiro andar do Palácio do Planalto. Por mais complexas que sejam as fórmulas embutidas na economia para decifrar a variação ascensional nos preços dos alimentos, suas causas e efeitos, as donas de casa, que desconhecem ou desprezam essas fórmulas e outras teorias científicas, conhecem essa aritmética pela prática, apenas pela observação empírica exposta nas gôndolas dos supermercados e das feiras.

Há, ainda, outros reflexos nessa guinada dos preços rumo ao Olimpo, que são o aumento pela procura das xepas e por produtos com prazo de validade vencido ou prestes a vencer, também com alteração dos dados de validade, a diminuição das embalagens, o retalhamento de produtos, como carne, queijos e outros em embalagens menores, entre outras artimanhas. No Brasil, o real vale cada vez menos. Desde sua criação, em 1º de julho de 1994, nossa moeda perdeu quase 90% de seu poder de compra. A inflação no preço dos alimentos, mais do que perturbar o sono tranqüilo das donas de casa, aflige o governo. Não pelo fato correto de que esse fenômeno afeta diretamente a vida dos brasileiros, mas pela simples razão de que o custo dos alimentos tem reflexo direto no humor dos eleitores e esse fenômeno pode abreviar a vida política de muitos.

Não fosse pela aproximação das eleições em 2026, a toada seguiria sem intervenções, indiferente aos reclamos das ruas. Desde sempre, os historiadores constataram que o motor que move as massas não utiliza como combustível as ideologias, mas, sim, o espectro da fome. O poder deletério da fome tem movido o mundo e destruído impérios.

De acordo com a Associação Brasileira dos Supermercados (Abbras), que reúne algo como 1.247 empresas supermercadistas em todo o país e, como tal, conhece de perto esse fenômeno cíclico do aumento nos produtos da cesta básica, o preço dos alimentos se apresenta muito acima do que foi divulgado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse é outro problema sério. As donas de casa sabem desse fato por instinto e pelo bolso. Segundo a Abbras, o café torrado aumentou cerca de 40%. O óleo de soja teve um reajuste de 30%. A carne aumentou quase 30% e o leite, tipo longa vida, teve um reajuste de aproximadamente 20%. Observem que esses são produtos que compõem a cesta básica. Com isso, a cesta básica deu um salto de quase 15% em 2024.

Em 16 das 17 capitais analisadas, a cesta básica ficou mais cara. Dizer que o vilão da cesta é o café, também não corresponde à verdade, uma vez que entre os ingredientes que contribuem acentuadamente para o aumento dos alimentos em geral estão fatores de ordem política. É a política econômica com elevação de impostos, subsídios, bem como o explosivo modelo de gastos públicos, que favoreceu o aumento da cesta básica. Com isso, segundo o Dieese, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ser hoje de R\$ 6.657,55 ou 4,71 vezes o mínimo atual que é de R\$ 1.412. O brasileiro tem que trabalhar em média mais de 100 horas por mês para adquirir uma cesta básica, comprometendo também mais de 50% do seu rendimento apenas para se alimentar.

Num apanhado geral, nem mesmo a abóbora, que veio em substituição à picanha prometida, escapou dos efeitos desses aumentos com um reajuste de 75% na primeira semana de 2025, com a abóbora seca custando, agora, R\$ 3,15 o quilo. Até mesmo o halloween desse ano terá que ser cancelado.

A frase que foi pronunciada:

“Eu não sei como os cientistas calculam os preços. O que eu comprava para o mês, agora, compro para duas semanas.”

Ilza Dourado, dona de casa

Caso sério

» Várias partes da intersecção das faixas recapadas na W3 Sul emendadas com as novas faixas exclusivas para os ônibus já apresentam esfacelamento, buracos e craqueamentos tanto em direção ao norte quanto ao sul.

História de Brasília

Enquanto isto, o diretor geral, Afonso Almiro, nega-se a transferir funcionários não se sabendo como será distribuída a cota de apartamentos daquele Ministério. (Publicada em 26/4/1962)